

1                   **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**  
2                   **INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTINS DO COMITÊ DA BACIA LITORÂNEA**

3                   Aos 13 dias de novembro de 2018, às 13h45min, na Sala de Reuniões da  
4                   Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, iniciou-se a  
5                   11ª Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTINS, do Comitê  
6                   da Bacia Litorânea, reunindo os membros Arlineu Ribas, coordenador da CTINS,  
7                   da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/PR);  
8                   Cláudia Luiza Manfredi Gasparovic, da Central de Água, Esgoto e Serviços  
9                   Concedidos do Litoral do Paraná (CAGEPAR); Everton Luiz da Costa Souza, do  
10                  Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ); Felipe Pinheiro, da  
11                  Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina  
12                  (ADEMADAN); Fernando Roderjan, da PARANAGUÁ SANEAMENTO; Neiva  
13                  Cristina Ribeiro, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); Paulo  
14                  Henrique Carneiro Marques, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
15                  PARANÁ/LITORAL; e os convidados Karollyne de Abreu Ternoski, Tatiana  
16                  Akemi Sakagami e Tiago M. Bacovis, do AGUASPARANÁ; Andreia Schypula,  
17                  Bruna Miró Tozzi, Rafael F. Tozzi e Sônia Bório, da COBRAPE; Ricardo  
18                  Thiessen, da CAGEPAR; ; Mônica Irion Almeida, da Companhia Paranaense de  
19                  Energia (COPEL); Christine F. Xavier, do Instituto Ambiental do Paraná (IAP);  
20                  Kátia C. Nakandakare, da SANEPAR. O coordenador da CTINS, engº Arlineu  
21                  Ribas, da ABES/PR, deu as boas vindas a todos e abriu oficialmente a reunião  
22                  (**item 1 da pauta**). O Sr. Everton Souza, do AGUASPARANÁ, fez a leitura da  
23                  pauta:

- 24                  1. Abertura pelo coordenador Arlineu Ribas;
- 25                  2. Discussão e aprovação da ata da 10ª Reunião Ordinária da CTINS;
- 26                  3. Apresentação e discussão do Produto 16 – Programas de Intervenções  
27                  na Bacia;
- 28                  4. Apresentação e discussão da metodologia de cobrança (Produto 15, sem  
29                  relatório, somente apresentação);
- 30                  5. Apresentação e discussão da minuta de outorga (Produto 11, sem  
31                  relatório, somente apresentação);
- 32                  6. Encerramento.

33                  Postergou-se o **item 2** para a próxima reunião e logo passou-se a palavra à  
34                  consultora para início das apresentações. Primeiramente, a Sra. Bruna Tozzi, da  
35                  COBRAPE, apresentou o cronograma a ser cumprido até o final do ano e  
36                  entregou cartazes do convite para as consultas públicas e uma tabela com os  
37                  programas listados para que os participantes opinassem, estabelecendo suas  
38                  prioridades. Em seguida, o Sr. Rafael Tozzi, da COBRAPE, iniciou a  
39                  apresentação do Produto 16 (**item 3**), programa por programa. Referente ao A.1:  
40                  “População Flutuante”, a Sra. Mônica Almeida, da COPEL, opinou que não seria  
41                  relevante naquele momento. As Sras. Neiva Ribeiro e Kátia Nakandakare, da  
42                  SANEPAR, julgaram ser mais necessária uma metodologia que avaliasse a  
43                  demanda, não somente a população. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL,  
44                  questionou sobre detalhamento das fontes de recursos. O Sr. Rafael Tozzi, da  
45                  COBRAPE, esclareceu que a ideia dessas fontes era quem poderia financiar os  
46                  programas, do ponto de vista do orçamento posterior, não estando diretamente  
47                  relacionados aos atores; tratava-se de potenciais fontes de recursos, com base  
48                  em estudos similares já elaborados. Assim, passou-se ao programa A.2: “Águas  
49                  Subterrâneas”. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, argumentou que,  
50                  considerando o balanço hídrico apresentado e os usos atuais e pretendidos na  
51                  bacia, não acreditava ser urgente o aprofundamento no estudo, nesse sentido.  
52                  Como sugestão, mencionou avaliar a influência das águas subterrâneas nas  
53                  superficiais, tratando de assuntos como cunha salina, etc. Sua colega Neiva  
54                  Ribeiro, da SANEPAR, citou também estudos relacionados ao CEM e outras  
55                  instituições locais, que pudessem tomar como referência. A Sra. Mônica  
56                  Almeida, da COPEL, apresentou dúvidas quanto ao trecho “outorgas atualmente  
57                  sem critérios definidos”, na página 10, e solicitou retirar a COPEL das fontes de

58 recursos e incluir o ITCG. O Sr. Felipe Pinheiro, da ADEMADAN, fez ressalvas  
59 quanto aos estudos mencionados pela Sra. Neiva, pois havia outros  
60 levantamentos conduzidos junto ao MP que contradiziam muitos dados do CEM,  
61 devido à área de estudo localizar-se sobre um aterro. O Sr. Everton Souza, do  
62 AGUASPARANÁ, concordou com a Sra. Kátia, ressaltando que cadastro e  
63 monitoramento deveriam ser prioridades. Opinou também ser otimista a proposta  
64 de enquadramento para águas subterrâneas. O Sr. Rafael Tozzi, da COBRAPE,  
65 assentiu, e passou ao programa A.3: “Canais e seus Traçados”. A Sra. Mônica  
66 Almeida, da COPEL, questionou se havia sido feito algo em relação à elaboração  
67 de um plano de macrodrenagem para a bacia Litorânea, pois no Termo de  
68 Referência ele estava previsto e de responsabilidade do AGUASPARANÁ. A  
69 Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, disse que, em sua opinião, deveria se  
70 ter um melhor detalhamento dos canais, realizando um levantamento das áreas  
71 de drenagem, especialmente devido a inúmeras mudanças na direção de fluxo  
72 apontadas em reuniões anteriores. Sugeriu ainda a alteração de texto para  
73 “cadastramento das áreas de drenagem”. O Sr. Felipe Pinheiro, da ADEMADAN,  
74 expôs outro problema: desassoreamento e limpeza *irregular* dos canais, por  
75 parte de Prefeituras ou outros, que nem sempre possuíam a licença e  
76 competência para o serviço. Sugeriu priorizar a sistematização do que estava  
77 sendo realizado pelas Prefeituras. O Sr. Everton Souza, do AGUASPARANÁ,  
78 esclareceu que havia uma perspectiva de revitalização da orla em Matinhos e  
79 Guaratuba, em certo momento, mas que não se concretizou, afinal. Sugeriu que  
80 o foco do programa fosse o “Plano Diretor de Drenagem”. A Sra. Bruna Tozzi, da  
81 COBRAPE, esclareceu as intenções dos programas dos polos A e D, informando  
82 que havia um específico no D, intitulado “Revitalizando Canais”, com ações  
83 propriamente ditas. O Sr. Rafael Tozzi, da COBRAPE, questionou sobre os  
84 encaminhamentos desse programa: o futuro TR do Plano de Drenagem  
85 contemplaria um estudo focado no Plano Diretor de Drenagem ou contemplaria  
86 ações no intuito de se estudar ações estruturais e não-estruturais associado à  
87 revitalização de canais? O Sr. Fernando Roderjan, da PARANAGUÁ  
88 SANEAMENTO, pediu cautela na aprovação de programas futuros, pois isso  
89 acarretaria estudos e contratações futuros e incertos. Pediu para que se  
90 atentassem aos programas que lidassem com as questões urgentes e  
91 prioritárias, como tombamento de caminhões com resíduos perigosos na  
92 estrada. O Sr. Everton Souza, do AGUASPARANÁ, falou sobre a necessidade  
93 de consolidar as prioridades, neste caso, fixando-se ao Plano Diretor e  
94 integrando-o com a revitalização da orla, etc. Complementou que não se  
95 conseguiria, naquele momento, resolver as questões emergenciais levantadas,  
96 ao que o Sr. Fernando Roderjan, da PARANAGUÁ SANEAMENTO, discordou,  
97 mencionando o Plano Diretor de Drenagem da Região Metropolitana de Curitiba  
98 que, em sua opinião, não estava sendo efetivamente aplicado. O Sr. Rafael  
99 Tozzi, da COBRAPE, expôs a dificuldade que ele, enquanto consultor,  
100 enxergava em viabilizar, com arcabouço legal, ações emergenciais nos primeiros  
101 anos de um plano de bacia. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, voltou à  
102 discussão inicial e lembrou que atualmente não se tinha nem um cadastro  
103 apresentando direção de fluxo correta, portanto, isso deveria constituir foco do  
104 programa em questão. O Sr. Rafael Tozzi, da COBRAPE, retomou a palavra e  
105 passou ao programa A.4: “A Maré e as Águas Salobras”. A Sra. Bruna Tozzi, da  
106 COBRAPE, lembrou a todos sobre o prazo estabelecido de dois anos para  
107 contato e desenvolvimento de tal estudo sobre marés e suas influências na  
108 região. A Sra. Christine Xavier, do IAP, defendeu que o programa em discussão  
109 deveria ser a grande prioridade da bacia. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL,  
110 perguntou se já não havia alguma informação publicada oficialmente pela  
111 Marinha e pelos Portos, a respeito da maré, em si. A consultora respondeu que  
112 não se obteve dado algum. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, sugeriu que se  
113 incluísse a APPA e a Marinha como atores envolvidos e até mesmo como fontes  
114 de recursos. A Sra. Cláudia Gasparovic, da CAGEPAR, lembrou o que fora

115 discutido em reuniões anteriores e propôs que se incluísse o estudo de  
116 metodologia e parâmetros mais adequados, como matéria orgânica, para  
117 estabelecimento de critérios sobre a influência marinha, em alternativa à DBO.  
118 Outra sugestão da Sra. Cláudia foi incluir seminários técnicos para melhor  
119 discussão sobre o tema, ao que a Sra. Bruna Tozzi, da COBRAPE, esclareceu  
120 que os seminários estavam contemplados no polo de programas “integrar”, mais  
121 adiante na apresentação. Quanto à definição dos parâmetros, concordou. O Sr.  
122 Rafael Tozzi, da COBRAPE, prosseguiu para o programa seguinte, A.5:  
123 “Impactos das UHEs e PCHs”. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, solicitou que  
124 tal programa fosse suprimido, em nome de sua instituição, justificando que o  
125 programa estava baseado demais no processo de licenciamento ambiental e no  
126 próprio processo de outorgas para aproveitamento hidrelético. O Sr. Felipe  
127 Pinheiro, da ADEMADAN, discordou, defendendo para que o mantivessem,  
128 devido à necessidade de se realizar estudos mais específicos sobre os impactos  
129 decorrentes das UHEs. Porém, não se restringiria apenas à questão de áreas de  
130 proteção integral. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, solicitou avaliações  
131 específicas, como mencionado pelo seu colega, mas que não se mencionasse o  
132 EIA, por não competir ao Comitê tal recomendação. A Sra. Bruna Tozzi, da  
133 COBRAPE, concordou. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, justificou que sua  
134 opinião de suprimir o programa era justamente para se evitar sobreposição de  
135 competência das instituições e órgãos envolvidos. O Sr. Felipe Pinheiro, da  
136 ADEMADAN, sugeriu, então, que não se enfatizasse a UHE Parigot de Souza,  
137 mas reiterou a necessidade de suplementação de estudos de impacto direto no  
138 plano de bacia. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, concordou *que o Programa*  
139 *fosse revisto*, desde que observadas as devidas contribuições, ressaltando o  
140 enfoque aos recursos hídricos e *que o setor de hidroeletricidade se manifestaria*  
141 *após a leitura do documento revisado*. O Sr. Rafael Tozzi, da COBRAPE,  
142 mostrou-se de acordo, enfatizando que tal programa estava contemplado no  
143 inciso IV, *do Artigo 8º*, da Lei 12.726/99, e passou ao próximo programa, A.6:  
144 “Alternativas para os SES”. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, apontou  
145 que o texto havia ficado confuso, pois o título se referia a “SES” e ao longo dos  
146 parágrafos, eram citadas as fossas, *wetlands*, etc, e manifestou-se a favor de  
147 suprimir tal programa. As alternativas levantadas pela Sanepar diziam respeito  
148 a reuso e emissários, o que não caberia na região Litorânea. A prioridade lá era  
149 melhorar tratamento, sob o ponto de vista da concessionária. A Sra. Bruna, da  
150 COBRAPE, apenas explicou a motivação para incorporá-lo na lista, pensando  
151 nas discussões em “Cenários”, que apontava para uma situação crítica dos  
152 sistemas de tratamento convencionais. Mas não via objeções em suprimir esse  
153 programa. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, complementou, dizendo  
154 que o problema estaria relacionado à viabilidade econômica. O Sr. Felipe  
155 Pinheiro, da ADEMADAN, apontou que já havia tecnologias e estudos sobre  
156 tratamento alternativo de efluentes. Seu colega, Fernando Roderjan, da  
157 PARANAGUÁ SANEAMENTO, enfatizou que o corpo hídrico era quem  
158 determinava a eficiência do tratamento. Kátia, da SANEPAR, voltou a insistir que  
159 o estudo de alternativas ocorreria apenas se fosse identificada alguma demanda,  
160 o que não estava acontecendo naquela região, segundo a concessionária. O Sr.  
161 Felipe Pinheiro, da ADEMADAN, citou que em Antonina e Guaraqueçaba, já  
162 havia demanda por tratamentos alternativos, como bacia de evapotranspiração,  
163 sobretudo nas áreas rurais, e que havia estudos e tecnologias desenvolvidas  
164 para atendê-la. Assim, todos concordaram em suprimir esse programa da lista.  
165 O Sr. Rafael Tozzi, da COBRAPE, iniciou o polo de programas B: Integrar,  
166 passando ao programa B.1: “Reuniões Periódicas do Comitê”. Antes, a Sra.  
167 Mônica Almeida, da COPEL, questionou sobre uma mineradora localizada em  
168 uma área de preservação, se a consultora tinha algum estudo em vista. A Sra.  
169 Bruna Tozzi, da COBRAPE, respondeu que tal mineradora já possuía licença  
170 antes da área ser decretada como de proteção ambiental. A Sra. Mônica, da  
171 COPEL, mencionou-a por causa da poluição difusa. A Sra. Bruna, da COBRAPE,

172 anotou as contribuições da participante. O Sr. Rafael Tozzi, da COBRAPE,  
173 retomou a palavra. A Sra. Mônica, da COPEL, julgou relevante o programa B.1,  
174 porém, preocupou-se com a frequência de reuniões e capacitações propostas,  
175 além dos atores envolvidos e fonte de recursos ser exclusivamente o  
176 AGUASPARANÁ. Contrapropôs que se realizassem reuniões trimestrais e  
177 capacitação anual. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, concordou, mas  
178 sugeriu que nessa etapa, não fosse proposta uma periodicidade, mas sim  
179 apenas uma agenda do Comitê definida com temas comuns a serem discutidos  
180 entre atores; o mesmo pensamento estendido para as capacitações. O Sr. Felipe  
181 Pinheiro, da ADEMADAN, enfatizou a importância do planejamento anual do  
182 Comitê (agenda), porém, preocupou-se com o COLIT, pois em sua opinião,  
183 corria o risco iminente de ser extinto. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, sugeriu  
184 que o foco do produto fosse mais direcionado aos recursos hídricos,  
185 especificamente, não aos recursos naturais, em geral. O Sr. Rafael Tozzi, da  
186 COBRAPE, acatou as contribuições, mas esclareceu que era necessário  
187 quantificar temas e números de reuniões e capacitações, para que pudessem  
188 apresentar um orçamento com base nisso. O Sr. Everton Souza, do  
189 AGUASPARANÁ, mencionou o PROCOMITÊS, Programa Nacional de  
190 Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que garantiria um aporte  
191 financeiro de R\$ 50.000 por ano, por comitê. Enfatizou que uma das metas deste  
192 Programa era a agenda anual do comitê e sugeriu citar o PROCOMITÊS como  
193 fonte de recurso. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, sugeriu também citar o  
194 próprio FRHI/PR como fonte de recurso. O Sr. Rafael Tozzi, da COBRAPE,  
195 passou ao programa B.2: “Registro de Eventos Críticos e Plano de  
196 Gerenciamento de Riscos e Crise”. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, opinou  
197 que poderiam suprimir tal programa, devido à questão de competência, tanto no  
198 âmbito estadual, quanto municipal, ser da Defesa Civil, mencionando a Lei  
199 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil). Sugeriu que o papel  
200 do Comitê fosse de aproximar-se à Defesa Civil, apenas. A Sra. Kátia  
201 Nakandakare, da SANEPAR, complementou, mencionando um seminário  
202 ocorrido sobre desastres, no qual a Defesa Civil apontara como demandas a  
203 avaliação técnica e os estudos sobre mapeamentos de área de risco, pois o que  
204 eles apresentavam, até então, eram polígonos de ocorrência. Voltando à  
205 discussão, julgou que ao Comitê não caberia a execução, mas sim, a integração  
206 entre os órgãos. O Sr. Felipe Pinheiro, da ADEMADAN, sugeriu que  
207 mantivessem o programa, mas seccionassem o que era de interesse do Comitê.  
208 Sugeriu retirar “eventos críticos”, manter o “gerenciamento de riscos” e enfatizar  
209 a contaminação dos corpos hídricos, como exemplo dos tombamentos de  
210 caminhões em rodovias. A Sra. Neiva Ribeiro, da SANEPAR, citou o programa  
211 de atendimento a emergências ambientais de sua instituição. A Sra. Bruna Tozzi,  
212 da COBRAPE, perguntou se a CTINS recomendava o mapeamento de área de  
213 risco no produto 16, ao que a Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, opinou  
214 que deveriam se manter no polo “integrar”, apenas, deixando para identificar as  
215 demandas junto à Defesa Civil. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, concordou  
216 com sua colega. Assim, o Sr. Rafael Tozzi, da COBRAPE, passou ao programa  
217 B.3: “Sistema de Informação Geográfica”. A Sra. Mônica, da COPEL, questionou  
218 como estavam os dados gerados através do Plano da Bacia até então,  
219 defendendo também que as ações 4 e 6 seriam atribuições do próprio órgão  
220 gestor. O Sr. Everton Souza, do AGUASPARANÁ, apontou novamente o  
221 desenvolvimento do SIGARH e integração junto ao SNIRH e ao CREA. O Sr.  
222 Felipe Pinheiro, da ADEMADAN, levantou a revisão da base hidrográfica oficial,  
223 pois ao longo de várias reuniões, muitas divergências foram identificadas,  
224 inclusive com as cartas do Exército. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR,  
225 opinou que o programa deveria ser mantido, porém, o foco deveria ser a  
226 disponibilização de dados e atualização da base, excluindo-se as ações que já  
227 eram responsabilidade do AGUASPARANÁ. Ainda expôs que cabia ao Comitê  
228 divulgar todas as bases geradas em arquivos *shapefiles* e afins e que os

229 Comitês, muitas vezes, não se apropriavam dos seus Planos de Bacia. O Sr.  
230 Everton Souza, do AGUASPARANÁ, discordou, no sentido de disponibilizar os  
231 dados para toda a sociedade, pois a transparência estava já sendo garantida  
232 através do site e de respostas a quaisquer solicitações via ofício que qualquer  
233 cidadão viesse a requerer. Quanto à revisão da base hidrográfica, explicou que  
234 demandaria maior esforço tendo em vista que outros órgãos, como o ITCG,  
235 estariam envolvidos. O Sr. Felipe Pinheiro, da ADEMADAN, questionou, então,  
236 qual seria a dificuldade em disponibilizar os *shapefiles*. O Sr. Everton Souza, do  
237 AGUASPARANÁ, insistiu que se tratava do Sistema de Informações geridos pelo  
238 Instituto e que precisariam conferir junto à essa equipe. O Sr. Felipe Pinheiro, da  
239 ADEMADAN, argumentou que era necessário estabelecer uma forma e um lugar  
240 adequados de se disponibilizar dados vetoriais para o público, em geral. A Sra.  
241 Bruna Tozzi, da COBRAPE, ponderou que fora agendada uma conversa com a  
242 responsável pelo Departamento de Sistemas de Informação do  
243 AGUASPARANÁ, para maiores esclarecimentos, mas sugeriu que houvesse um  
244 acordo sobre quais dados seriam disponibilizados no site do Comitê para o  
245 público em geral, e tomou a palavra para apresentação do programa B.4: “Outros  
246 Estudos”. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, sugeriu alteração de título para  
247 “articulação entre planos” e adicionando, como fontes de recursos, o Ministério  
248 das Cidades, o FRHI/PR, municípios que receberiam CFURH, excluindo-se o  
249 Comitê da Bacia. Além disso, questionou sobre a Ação 3, pois a seu ver, estaria  
250 diretamente relacionada ao estabelecimento de critérios de outorga. A Sra.  
251 Bruna Tozzi, da COBRAPE, esclareceu que a ideia da Ação 3 estava associada  
252 às discussões sobre ZEE, utilizadas como base para o enquadramento e  
253 outorga, e concordou em alterá-la ou suprimi-la. Quanto às fontes de recursos,  
254 esclareceu que se tratava do PROCOMITÊS. A Sra. Kátia Nakandakare, da  
255 SANEPAR, não viu necessidade desse programa, já que a atuação se mostrava  
256 a mesma de outro anteriormente mencionado (das reuniões temáticas, etc).  
257 Todos concordaram em unificar as ações dos dois programas em um só. A Sra.  
258 Bruna Tozzi, da COBRAPE, iniciou o polo de programas “Prevenir”,  
259 apresentando o C.1: “Áreas de restrição”. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL,  
260 sugeriu adequar a redação do termo “socioambientais” para deixar mais claro o  
261 enfoque em “recursos hídricos” e preocupou-se com a frequência de reuniões  
262 propostas. A Sra. Bruna Tozzi, da COBRAPE, defendeu a frequência mensal,  
263 pelo menos no início do estabelecimento da metodologia para seleção das áreas  
264 sujeitas a restrição. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, perguntou qual  
265 era a definição de áreas de restrição que estava sendo adotada e se, com isso,  
266 pretendia-se criar novas UCs. A Sra. Bruna Tozzi, da COBRAPE, respondeu que  
267 nem sempre áreas de restrição implicavam em Unidades de Conservação, mas  
268 se tratavam de áreas de restrição com vistas à proteção dos recursos hídricos.  
269 A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, sugeriu que se associasse a restrição  
270 ao enquadramento, pois a restrição garantiria a qualidade do enquadramento  
271 proposto. O Sr. Felipe Pinheiro, da ADEMADAN, contribuiu dizendo que as  
272 “áreas de restrição” estavam contempladas na própria Lei das Águas, nº  
273 9.433/97 e, com isso, manteria a redação como estava, pois a questão era de  
274 cunho ambiental, legalmente. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, preocupou-se  
275 com os critérios que seriam utilizados para definição dessas áreas de restrição.  
276 A Sra. Bruna Tozzi, da COBRAPE, respondeu que já havia outras bacias do país  
277 trabalhando nesse sentido, e se buscava adotar uma metodologia mais  
278 adequada para a Bacia Litorânea. A Sra. Cláudia Gasparovic, da CAGEPAR,  
279 retomou a colocação sobre o vínculo com enquadramento e ressaltou que a  
280 proteção dos mananciais também incluía aspectos quantitativos. Ademais,  
281 sugeriu que se deixasse mais claro a necessidade de vínculo com outros órgãos  
282 ambientais, como o IAP. A Sra. Neiva Ribeiro, da SANEPAR, apontou que o item  
283 em discussão deveria concatenar com “outros estudos”, como os planos  
284 municipais de saneamento, planos de resíduos, etc. A Sra. Bruna Tozzi, da  
285 COBRAPE, interveio, dizendo que era exatamente aquilo que se buscou

286 apresentar no programa “Outros estudos”, que fora suprimido, pois as ações  
287 haviam sido elaboradas para que se mantivessem atenção aos estudos em  
288 desenvolvimento na região e que pudessem, assim, ir se apropriando dos  
289 critérios que vinham sendo adotados por eles e vice-e-versa. A Sra. Neiva, da  
290 SANEPAR, mostrou-se em dúvida, pois tinha entendido que o programa “Outros  
291 estudos” não tinha sido suprimido. Ao contrário, a Sra. Bruna, da COBRAPE,  
292 entendeu que ele fora suprimido, mas uma ação seria inclusa, no programa B.1,  
293 em “reuniões com Comitê”, com os temas elencados e, assim, enfatizar-se-ia a  
294 importância da articulação com outros estudos que, por ventura, estivessem  
295 sendo desenvolvidos na região. O Sr. Paulo Henrique Carneiro, da  
296 UFPR/LITORAL, lembrou a necessidade de se organizar eventos técnicos,  
297 como a padronização do monitoramento de canais e outro relativo à proteção de  
298 mananciais, como prioritários. A Sra. Bruna Tozzi, da COBRAPE, passou ao  
299 programa C.2: “Pagamentos por Serviços Ambientais”, ressaltando que o  
300 horizonte do plano era 2035. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, solicitou, mais  
301 uma vez, que a redação do programa deveria se vincular mais a recursos  
302 hídricos e na “ação 4”, especificamente, a palavra “garantir” mostrava-se  
303 inadequada, fazendo-a questionar quais recursos seriam utilizados para isso.  
304 Solicitou excluir “realizar diagnóstico de capital natural da região”, por não ser  
305 escopo do plano de bacia. A Sra. Cláudia Gasparovic, da CAGEPAR, concordou  
306 com a Sra. Mônica, pedindo por um enfoque maior em mananciais,  
307 recomposição de mananciais. Ficou acordada a supressão da ação 4. A Sra.  
308 Bruna Tozzi, da COBRAPE, passou ao programa C.3: “Fiscalização de Recursos  
309 Hídricos e Agilidade nas Outorgas”. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR,  
310 apontou que isso caberia no polo de programas “Agir” e não “Prevenir”. A Sra.  
311 Bruna, da COBRAPE, concordou. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, defendeu  
312 a supressão do programa, pois seu escopo estaria relacionado às atribuições do  
313 próprio órgão gestor, extrapolando as competências do Comitê. A Sra. Bruna, da  
314 COBRAPE, discordou, argumentando que, depois de ler o parecer da COPEL,  
315 procurou em lei e mesmo em outros planos de bacia, e verificou que era  
316 necessário manter esse programa, como forma de pressionar o órgão gestor a  
317 cumprir suas atribuições. A Sra. Mônica, da COPEL, solicitou, então, que se  
318 reescrevesse tal programa. O Sr. Everton Souza, do AGUASPARANÁ,  
319 esclareceu que o órgão vinha fomentando esse tipo de programa, sim, em outros  
320 comitês, para cobrar atuações mais efetivas do AGUASPARANÁ e IAP, para  
321 justamente auxiliá-los a cumprir seus papéis. Além disso, ressaltou a  
322 necessidade do fortalecimento político dos comitês paranaenses, por meio da  
323 reativação do Fórum. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR, concordou com  
324 a Sra. Bruna e O Sr. Everton e mostrou-se a favor de suprimir apenas as ações  
325 2 e 5. A Sra. Mônica Almeida, da COPEL, defendeu que a ação 6 (canais de  
326 denúncias) era atribuição do órgão gestor e, na linha de pensamento do Sr.  
327 Everton Souza, sugeriu que se revisasse o título, pois “Fiscalizar” levaria a um  
328 mal entendido sobre as atribuições do Comitê e do órgão gestor. A Sra. Bruna  
329 Tozzi, da COBRAPE, apresentou suas dúvidas quanto ao Comitê apoiar o  
330 próprio órgão gestor por meio dos programas de seu plano de bacia, ao que o  
331 Sr. Everton Souza, do AGUASPARANÁ, insistiu que isso ajudaria o órgão gestor  
332 no cumprimento de suas atribuições e também na implementação de programas  
333 que o Comitê julgasse pertinente à sua bacia. Em seguida, passou-se a discutir  
334 o programa C.4: “Melhoria Contínua do Sistema de Outorgas e Cobrança”. A  
335 Sra. Christine Xavier, do IAP, pediu apenas para que se adequassem, na  
336 redação, as competências do Comitê, do AGUASPARANÁ e do IAP. A Sra.  
337 Mônica Almeida, da COPEL, fez apenas uma ressalva quanto à cobrança, pois  
338 o Comitê ainda não tinha avançado nas discussões sobre isso. A Sra. Bruna  
339 Tozzi, da COBRAPE, anotou as contribuições e apresentou o programa C.5:  
340 “Educação Ambiental”. O Sr. Felipe Pinheiro, da ADEMADAN, questionou a  
341 necessidade de se elaborar um plano de educação ambiental, tendo em vista a  
342 quantidade de material já publicada e outros programas relacionados. A Sra.

343 Mônica Almeida, da COPEL, solicitou que houvesse um maior alinhamento com  
344 a gestão de recursos hídricos, novamente. Sugeriu a inclusão da Secretaria de  
345 Educação, dentre os atores envolvidos. Também concordou em suprimir a  
346 elaboração de um plano de educação ambiental e apontou para a falta de um  
347 programa ou ação voltados à “comunicação social” para recursos hídricos, na  
348 bacia Litorânea. O Sr. Felipe Pinheiro, da ADEMADAN, pediu que ficasse mais  
349 evidente a articulação com os programas mencionados de “PSA” e  
350 “Recuperação de áreas degradadas”. A Sra. Kátia Nakandakare, da SANEPAR,  
351 complementou a fala da Sra. Mônica, sugerindo a articulação da comunicação  
352 social junto à conscientização do uso racional de recursos hídricos, não só dos  
353 residentes, mas dos turistas também. Devido ao tempo limitado de uso da sala,  
354 os **itens 4 e 5** foram postergados para a reunião seguinte, acordada para dia 20  
355 de novembro de 2018. Os Srs. Everton Souza, do AGUASPARANÁ, e Arlineu  
356 Ribas, da ABES/PR, agradeceram a presença de todos e deram por encerrada  
357 a reunião (**item 6**) de que se tratou a presente ata.

358

359

360

361 **Arlineu Ribas**

362 Coordenador da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do Comitê da Bacia  
363 Hidrográfica Litorânea